



212

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0307291-5-RECIFE/PE****APELANTES: CYNTHIA CAMPELO RODRIGUES DE SOUZA E
OUTRO****ADVOGADO: BETHANE KARLISE RAMOS CAVALCANTI-PE015290****APELADA: CORDÁLIA CAMPELO RODRIGUES DE SOUZA****ADVOGADO: ANÍBAL CARNAÚBA DA COSTA ACCIOLY JÚNIOR-
PE017188****RELATOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO****DATA DO JULGAMENTO: 07 DE MAIO DE 2014**

EMENTA – ANULAÇÃO DE NEGÓCIO JURÍDICO. CONTA CORRENTE CONJUNTA NÃO SOLIDÁRIA. MOVIMENTAÇÃO. ANUÊNCIA DE TODOS OS TITULARES. PROVA. SUFICIÊNCIA. CERCEAMENTO DE DEFESA. INOCORRÊNCIA. INEXISTÊNCIA DE ÓBICE LEGAL À PRETENSÃO FORMULADA NA DEMANDA. PEDIDO JURIDICAMENTE POSSÍVEL. COMUNHÃO UNIVERSAL DE BENS. VALORES DEPOSITADOS PERTENCENTES AO PATRIMÔNIO DO CASAL. INTERDIÇÃO DO CÔNJUGE VARÃO. DOENÇA DEGENERATIVA (ALZHEIMER). LIBERAÇÃO DE QUANTIA SUFICIENTE ÀS DESPESAS ORDINÁRIAS E EXTRAORDINÁRIAS. RESGUARDO DE RESERVA PECUNIÁRIA ANTE AS PECULIARIDADES DA ESPÉCIE. NECESSIDADE. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

1 – Conforme muito bem ponderado pelo douto magistrado *a quo*, a discussão trazida a cotejo não se destina a aferir a suposta prodigalidade da autora/apelada, mediante dilação probatória - questão alheia ao presente feito, mais afeita à seara do *munus* da curatela decidida nos autos da ação de interdição - mas a possibilidade ou não de anulação do negócio jurídico avençado entre as partes, devendo ser rejeitada a preliminar de cerceamento do direito de defesa, porquanto o julgamento antecipado da lide tomou como base a suficiência da prova acostada aos autos.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

2 – Da mesma forma, há de se rejeitar a preliminar de impossibilidade jurídica do pedido, cingindo-se a demanda sobre a possibilidade ou não de se liberar, à livre movimentação da autora/apelada, quantia existente em conta conjunta não solidária, aberta em nome desta e dos apelantes. Trata-se, *in casu*, de pedido de anulação de negócio jurídico sobre o qual inexistente previsão normativa negativa, não havendo, portanto, óbice legal à análise judicial da pretensão deduzida na espécie.

3 - A conta objeto do presente litígio, ainda que tenha sido aberta sob a titularidade dos três filhos e da genitora, pertence, na verdade, ao patrimônio do casal, porquanto os valores nela depositados foram adquiridos na constância do casamento, realizado sob o regime de comunhão universal; e é sob o prisma das necessidades atuais e futuras do casal que deve ser analisada a controvérsia.

É de se ressaltar que o valor depositado é de monte considerável, porquanto, conforme se observa do único extrato acostado aos autos, contava à época (30/12/2011) R\$ 1.030.920,48 (hum milhão, trinta mil, novecentos e vinte reais e quarenta e oito centavos), razão por que, não se mostra acertada, mas temerária, a liberação de uma quantia nesse patamar de uma só vez, considerado, sobretudo, a doença degenerativa (Alzheimer) que acomete o cônjuge varão, esposo da apelada e curatelado pela mesma, sendo prudente, nesta circunstância, resguardar uma reserva pecuniária para o caso de eventualidades.

Não obstante as muitas divergências entre as alegações, ambas as partes concordam que os proventos da aposentadoria do interditado, aproximadamente R\$ 7.000,00 (sete mil reais), não supre as necessidades mensais do casal, em torno de R\$12.000,00 (doze mil reais), fazendo-se mister a complementação dessa quantia, sendo razoável que a apelada, sobre a qual recai o dever da curatela do marido, possa obter sem embaraço, o valor imprescindível às despesas ordinárias mensais demonstrada nos autos, assim como um adicional para suprir eventuais despesas extraordinárias, assegurando-lhe, por outro lado, conforto material dada a idade avançada, sem comprometer o patrimônio, o que legitimaria um acréscimo à quantia mencionada.



213

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio


Nesse contexto, há de se dar provimento parcial ao recurso, para a liberação de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) mensais - em adicional aos proventos da aposentadoria (R\$ 7.000,00) - a ser livremente manuseado pela apelada, mantendo-se a necessidade de anuência dos filhos ou autorização judicial em relação ao restante dos valores depositados.

Considerando que os litigantes foram em parte vencidos e vencedores, há de se aplicar ao caso a sucumbência recíproca, nos termos do Art. 21 do CPC, devendo ser proporcionalmente distribuídos e compensados entre as partes os honorários e as despesas processuais.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0307291-5, em que são partes as acima nominadas, acordam os Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível deste Tribunal, à unanimidade, em rejeitar as preliminares de cerceamento do direito de defesa e de impossibilidade jurídica do pedido. No mérito, à unanimidade, em dar provimento parcial ao recurso, na conformidade dos votos e do termo de julgamento que integram o presente aresto.

Recife, 02 de junho de 2014.



Alberto Nogueira Virgínio
Desembargador Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

1990

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0307291-5-RECIFE/PE

APELANTES: CYNTHIA CAMPELO RODRIGUES DE SOUZA E OUTRO

ADVOGADO: BETHANE KARLISE RAMOS CAVALCANTI-PE015290

APELADA: CORDÁLIA CAMPELO RODRIGUES DE SOUZA

ADVOGADO: ANÍBAL CARNAÚBA DA COSTA ACCIOLY JÚNIOR-PE017188

RELATOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO

RELATÓRIO

Cuida-se de apelação interposta por CYNTHIA CAMPELO RODRIGUES DE SOUZA E OUTRO em face da sentença proferida pelo MM. Juiz de Direito da 8ª Vara Cível da Comarca do Recife (fls. 178/180v.) que, nos autos da Ação Anulatória de Negócio Jurídico, processo nº 0071305-13.2011.8.17.0001, julgou procedente o pedido formulado por CORDÁLIA CAMPELO RODRIGUES DE SOUZA, ora apelada, para desconstituir o contrato bancário que obrigava a anuência daqueles para que esta pudesse movimentar a conta corrente conjunta nº 20.777, agência nº 3237-9 – passando a ser movimentada exclusivamente pela apelada; condenando ainda os réus, ora apelantes, ao pagamento das custas e honorários advocatícios arbitrados em R\$ 1.000,00 (hum mil reais), com exceção de um deles - Bruno Rodrigues de Souza - para o qual o processo restou extinto sem julgamento do mérito, ante o pedido de desistência por parte da autora e concordância dos demais.

O magistrado *a quo* entendeu por anular o negócio jurídico formalizado entre as partes, uma vez configurado erro substancial, que teria ensejado vício de consentimento da apelada quanto à realidade do objeto do ajuste, eis que induzida a crer que a conta conjunta não solidária não a impediria de geri-la individualmente.

Nas razões de fls. 185/188, aduzem os apelantes que o *decisum* de 1º grau merece reforma, tendo em vista a existência de dúvidas sobre o destino dos valores liberados pelo juízo *a quo* para a apelada, uma vez que a referida conta fora aberta desde abril de 2009, quando o genitor dos mesmos ainda estava consciente, em nome da esposa e dos três filhos do casal, porém, após a sua interdição, a apelada vem efetuando gastos exorbitantes e supérfluos, não obedecendo, ademais, aos ditames da limitação da curatela determinados pelo Juízo da 10ª Vara de Família, perante a qual foi ajuizada a ação de interdição.

Por esse motivo, afirmam justificar-se o temor de que, gastando a apelada, de forma incontrolada os valores depositados na referida conta aconteça exatamente o que o interditado mais temia, ou seja, diante de sua doença (Alzheimer), quando de uma emergência, ter de recorrer ao SUS ou aos filhos para pagar hospital, médicos especializados e remédios caros, haja vista contar com um plano de saúde muito simples (GEAP), que poderá não suprir as suas necessidades, eis que recebe, a título de aposentadoria, o valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais).



**Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio**

Alegam, ainda, que foram cerceados do direito de defesa pois, no intuito de comprovar a veracidade dos fatos alegados, requereram ao juiz de piso fosse oficiado ao Banco Central do Brasil, para que informasse a movimentação das contas da apelada e de seu esposo, mas tal desiderato restou indeferido, assim como o requerimento de produção de prova testemunhal e ouvida das partes em audiência de instrução, tendo o magistrado *a quo* julgado antecipadamente a lide.

Suscitam, também, ser o pedido da apelada juridicamente impossível, por tratar-se de anulação de negócio jurídico de uma conta que o próprio genitor, prevendo o futuro agravamento de sua doença colocou, voluntariamente, em nome de toda a família.


Pugnam, ao final, pelo provimento do presente recurso de apelação, sendo a sentença totalmente reformada ou anulada, retornando os autos ao juízo de origem para a produção das provas requeridas.

Contrarrazões às fls. 195/199, pela rejeição da preliminar de cerceamento levantada pelos recorrentes e a manutenção da sentença em todos os seus termos, ressaltando a apelada a inviabilidade de ter que se submeter à vontade dos filhos para poder satisfazer as mínimas necessidades financeiras vinculadas ao tratamento do marido, sobretudo quando eles próprios reconheceram, em sede de contestação, a insuficiência dos valores percebidos para a manutenção das despesas mensais de seus genitores.

É o relatório.

Ao ilustre Des. Revisor, com a ressalva de que se trata de processo com prioridade de tramitação, nos termos do Art. 1.211-A do CPC, c/c Art. 71, caput da Lei nº 10.741/03, uma vez que figura no feito pessoa com mais de 60 (sessenta) anos de idade.

Recife, 24 de março de 2014.


Alberto Nogueira Virgínio
Desembargador Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

203
H

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0307291-5-RECIFE/PE

APELANTES: CYNTHIA CAMPELO RODRIGUES DE SOUZA E OUTRO

ADVOGADO: BETHANE KARLISE RAMOS CAVALCANTI-PE015290

APELADA: CORDÁLIA CAMPELO RODRIGUES DE SOUZA

ADVOGADO: ANÍBAL CARNAÚBA DA COSTA ACCIOLY JÚNIOR-PE017188

RELATOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO

VOTO DO DES. RELATOR

1º PRELIMINAR: Cerceamento de Defesa

Suscitam os apelantes que foram cerceados do seu direito de defesa, ante o indeferimento do pedido de produção de provas formulado na audiência de conciliação, no sentido da expedição de ofício ao Banco Central do Brasil, para aferir a movimentação das contas da autora e de seu marido, bem como a ouvida das partes e das testemunhas, que seriam fundamentais para a comprovação de suas alegações, tendo o magistrado entendido pela suficiência de provas, julgando antecipadamente a lide.

Não coaduno com tal entendimento.

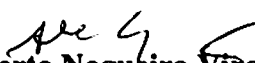
Conforme muito bem ponderado pelo douto magistrado *a quo*, a discussão no presente litígio não se destina a aferir a suposta prodigalidade da autora/apelada e/ou de seu esposo, mas a possibilidade ou não de anulação do negócio jurídico avençado entre as partes.

Considerando que os recorrentes pretendem discutir questão alheia, mais afeita à seara do *munus* da curatela decidida nos autos da ação de interdição, e que, portanto, refoge ao âmbito do presente feito, outra não seria a conclusão de se rejeitar a preliminar levantada.

À luz dessas considerações, rejeito a preliminar de cerceamento de defesa.

É como voto.

Recife/6 de 04 de 2014.


Alberto Nogueira Virgínio
Desembargador Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

204
M

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0307291-5-RECIFE/PE

APELANTES: CYNTHIA CAMPELO RODRIGUES DE SOUZA E OUTRO

ADVOGADO: BETHANE KARLISE RAMOS CAVALCANTI-PE015290

APELADA: CORDÁLIA CAMPELO RODRIGUES DE SOUZA

ADVOGADO: ANÍBAL CARNAÚBA DA COSTA ACCIOLY JÚNIOR-PE017188

RELATOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO

VOTO DO DES. RELATOR

2º PRELIMINAR: Impossibilidade Jurídica do Pedido

Outra preliminar levantada pelos recorrentes é que o pedido seria juridicamente impossível, porquanto o negócio jurídico discutido nos autos refere-se a uma conta aberta pela própria vontade do genitor em nome de toda a família.

Mais uma vez não vejo como acolher a preliminar suscitada.

O pedido juridicamente impossível é aquele sobre o qual existe vedação legal a sua formulação ou, no dizer de Costa Machado¹, “o requisito possibilidade jurídica deve ser sempre encarado sob um prisma negativo, o que significa dizer que ele existe na medida em que não haja expressa proibição no direito positivo”.

Cinge-se a demanda sobre a possibilidade ou não de se liberar, à livre movimentação da autora, a quantia existente na conta conjunta não solidária, aberta em nome desta e dos apelantes, tratando-se, *in casu*, de pedido de anulação de negócio jurídico sobre o qual inexistente previsão normativa negativa.

De fato, não há no ordenamento jurídico previsão de que uma conta aberta por suposta vontade de terceiro em nome de outrem - consoante afirmam os apelantes ser o caso em espécie - não possa ser revista ou modificada pelos seus titulares, nem óbice à pretensão da autora ser submetida a exame judicial.

Pelo exposto, rejeito a preliminar de impossibilidade jurídica do pedido.

É como voto.


Alberto Nogueira Virgínio
Desembargador Relator

Recife, 16 de 04 de 2014.

¹ MACHADO, Antônio da Costa, Código de processo civil interpretado: artigo por artigo, parágrafo por parágrafo - 8. ed.-Barueri, SP, Editora Manole, 2009, pág. 344, em comentários ao inciso III do par. único do Art. 295, CPC.

205
18



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0307291-5-RECIFE/PE

**APELANTES: CYNTHIA CAMPELO RODRIGUES DE SOUZA E
OUTRO**

ADVOGADO: BETHANE KARLISE RAMOS CAVALCANTI-PE015290

APELADA: CORDÁLIA CAMPELO RODRIGUES DE SOUZA

**ADVOGADO: ANÍBAL CARNAÚBA DA COSTA ACCIOLY JÚNIOR-
PE017188**

RELATOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO

VOTO DO DES. RELATOR

MÉRITO

Ultrapassadas as preliminares, examino o mérito do negócio jurídico firmado entre as partes, sobre o qual repousam duas versões distintas.

De um lado, aduzem os apelantes que a conta conjunta do tipo não solidária foi aberta antes da interdição do genitor, com intuito de resguardar saldo positivo de valores que pudessem ser utilizados em eventuais necessidades, sobretudo quando se observa que ambos os genitores já contam com mais de 70 anos de idade .

De outro giro, sustenta a apelada, mãe dos apelantes, que a conta foi aberta em momento posterior à interdição, tendo incorrido em erro substancial ao confiar que aquela seria a melhor forma de administrá-la, não podendo cogitar o desfecho de desarmonia e desconfiança que passou a reinar entre ela e os filhos, a ponto de tornar-se efetivamente impossibilitada de ter acesso aos valores ali depositados, dado o clima de animosidade e desentendimento familiar instaurado, tornando-se, pois, inviável a manutenção do contrato na forma pactuada.

Pois bem.

A conta corrente conjunta é definida, segundo a cartilha do Banco do Brasil, como “aberta ou transformada para movimentação por mais de um titular (pessoa). Os titulares solidários podem movimentar a conta em conjunto ou individualmente, já os titulares não solidários somente movimentam a conta com a assinatura conjunta de todos os titulares² (grifo nosso)”.

Cumprе ressaltar que a conta objeto do presente litígio, ainda que tenha sido aberta sob a titularidade dos três filhos e da genitora, pertence, na verdade, ao patrimônio do casal, porquanto os valores nela depositados foram adquiridos na constância do casamento realizado sob o regime de comunhão universal; e é sob o prisma das necessidades atuais e futuras do casal que deve ser analisada a controvérsia.

² www.bb.com.br/docs/pub/voce/dwn/ContaCorrente.pdf



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

Com efeito, há de se considerar que o cônjuge da apelada possui doença degenerativa (Alzheimer), sendo prudente, nesta circunstância, resguardar uma reserva pecuniária para o caso de eventualidades. Observe-se, outrossim, que o valor depositado é de monte considerável, porquanto, conforme se observa do único extrato acostado aos autos na data de 30/12/2011 (fl. 137), contava, à época, R\$ 1.030.920,48 (hum milhão, trinta mil, novecentos e vinte reais e quarenta e oito centavos), razão por que, não me parece acertada, mas temerária, a liberação de uma quantia nesse patamar de uma só vez.

Por outro lado, não obstante as muitas divergências entre as alegações, ambas as partes concordam que os proventos da aposentadoria do interditado, aproximadamente R\$ 7.000,00 (sete mil reais), não supre as necessidades mensais do casal, que se afiguram, segundo afirmaram os próprios recorrentes por ocasião da contestação (fl. 124), juntando rol manuscrito de despesas relacionadas (fls. 135/135v.), em torno de R\$12.000,00 (doze mil reais), incluindo-se empregados, feira, remédios, etc, alegando, ainda, que a complementação dessa quantia vem, justamente, dos valores aqui discutidos.

Nesse contexto, parece razoável que a apelada, sobre a qual recai o dever da curatela do marido, possa obter sem embaraço, ao menos, a quantia imprescindível às despesas mensais demonstrada nos autos.


No entanto, sopesando os argumentos expendidos e todo o contexto fático descortinado no caso em apreço, cuido ser de bom alvitre, ante as peculiaridades da espécie, contar-se, também, com eventuais despesas extraordinárias, o que legitimaria um ligeiro acréscimo ao valor mencionado.

Nesse passo, entendo ser prudente dispor à livre movimentação e utilização por parte da apelada a quantia de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) mensais que, somada aos R\$ 7.000,00 (sete mil reais) da aposentadoria do seu esposo perfazem o total de R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais), ou seja, pouco mais do que o valor noticiado como imprescindível às despesas ordinárias mensais do casal, quantia esta que, no meu sentir, se mostra suficiente para suprir ditas eventualidades, permanecendo o saldo remanescente sob o mesmo *status* de não solidariedade outrora firmado entre os correntistas.

Pelo exposto, DOU PROVIMENTO PARCIAL à apelação, para a liberação de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) mensais, da conta nº 20.777, agência nº 3237-9, a ser livremente manuseada pela apelada, mantendo-se a não solidariedade em relação ao restante dos valores depositados.

Considerando, por fim, que os litigantes foram em parte vencidos e vencedores, há de se considerar recíproca a sucumbência, nos termos do Art. 21 do CPC, devendo ser proporcionalmente distribuídos e compensados entre eles os honorários e as despesas processuais.

É como voto.


Alberto Nogueira Virgínio
Desembargador Relator

Recife, 16 de 04 de 2014.

0071305-13.2011.8.17.0001(307291-5) Ap



+-----+	
	TJPE
	FLS.
	208
+-----+	

CONCLUSÃO

Nesta data, faço estes autos conclusos ao
Revisor Desembargador Adalberto de Oliveira
Melo

Recife, 25 de março de 2014.


Diretoria Cível

Revisei.
Inclua-se em pauta.
Recife 25 de março de 20 14


ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO
DESEMBARGADOR REVISOR

2ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO 71305-13.2011.8.17.0001 (307291-5)

RELATOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO
REVISOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO
APELANTES: CYNTHIA CAMPELO RODRIGUES DE SOUZA e VALÉRIO DE CASTRO
RODRIGUES DE SOUZA JÚNIOR
APELADA: CORDÁLIA CAMPELO RODRIGUES DE SOUZA

V O T O V I S T A

Pedi vista dos autos para exame mais acurado da questão. Assim, apresento breve relato com a expectativa de relembrar a controvérsia aos eminentes pares.

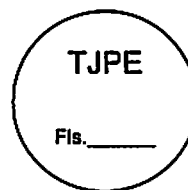
O presente apelo ataca sentença julgando procedente a ação de anulação de negócio jurídico, "desconstituindo o contrato que obriga a anuência dos demandados para movimentação da conta corrente n. 20.777, Agência n. 3237-9". Honorários advocatícios arbitrados em R\$ 1.000,00 (mil reais).

Na sessão de julgamento realizada no dia 16.04.2014 (fls. 202-v), o eminente relator Alberto Virgínio deu provimento parcial ao recurso, para liberação mensal de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) da conta bancária em análise independentemente da aquiescência dos Apelantes, seus filhos. Declarou a sucumbência recíproca.

O revisor, Des. Adalberto de Oliveira Melo, acompanhou o voto da relatoria.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



Modificando a decisão de piso, os eminentes pares ponderaram: Se por um lado os valores depositados na conta integram o patrimônio da Apelada e de seu marido (interditado), casados com comunhão de bens, a gravidade da doença do cônjuge aconselha prudência, motivo por que não seria razoável liberar de uma só vez a quantia de R\$ 1.030.920,48 (em 30/12/11, fls. 137).

Ao revés, a importância deveria ser utilizada para resguardar futuras despesas decorrentes da doença degenerativa que acomete o marido da Apelada e pai dos Apelantes (Alzheimer), devendo ser liberado mensalmente numerário suficiente para suprir a integralidade da despesa do casal - em torno dos R\$ 12.000,00 por mês -, ao passo que os proventos do curatelado não passam de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), de acordo com informações incontrovertidas colhidas nos autos.

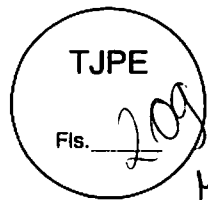
Autorizaram, assim, a liberação de R\$ 10.000,00 por mês, os quais, somados aos proventos de aposentadoria, totalizam R\$ 17.000,00, *"pouco mais que do que o valor noticiado como imprescindível às despesas ordinárias mensais do casal"*.

Pela presente demanda, a ora Apelada busca desconstituir cláusula contratual prevendo a necessidade de anuência dos filhos para movimentar conta bancária. Alegou, para tanto, erro quanto ao objeto do ajuste, sendo induzida a crer que o fato de se tratar de uma *"conta conjunta não solidária"* permitiria geri-la isoladamente.

Brevemente relatado, decido.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



Com efeito, eventual vício de consentimento decorrente do contexto processual da ausência de impugnação específica dos Apelantes na contestação, não desvirtua as diretrizes acautelatórias adotadas pela turma na solução da controvérsia, pois ausente razoabilidade na liberação desmotivada de mais de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), sem qualquer justificativa válida para uso desta pequena fortuna.

Ademais, malgrado a condição de esposa e curadora do interditado titular da conta corrente, a hipótese é de incidência dos arts. 1.753 e 1.754, do Código Civil, aplicável à curatela por força do disposto no seu art. 1.774¹, *verbis*:

.....

Art. 1.753. Os tutores não podem conservar em seu poder dinheiro dos tutelados, além do necessário para as despesas ordinárias com o seu sustento, a sua educação e a administração de seus bens.

.....

Art. 1.754. Os valores que existirem em estabelecimento bancário oficial, na forma do artigo antecedente, não se poderão retirar, senão mediante *ordem do juiz*, e somente:

I - para as despesas com o sustento e educação do tutelado, ou a administração de seus bens;

.....

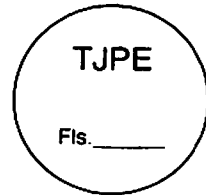
Como se vê, para a curadora acessar os valores depositados em estabelecimentos bancários sem a anuência dos filhos, é imprescindível a autorização judicial, mesmo porque inaplicável o art. 1.783² do NCC, na medida em que a sentença que declarou a interdição (fls. 188/A) proibiu qualquer ato de disposição de bens e gastos que não digam respeito às despesas pessoais e da manutenção do patrimônio do curatelado.

¹ Art. 1.774. Aplicam-se à curatela as disposições concernentes à tutela, com as modificações dos artigos seguintes.

² Art. 1.783. Quando o curador for o cônjuge e o regime de bens do casamento for de comunhão universal, não será obrigado à prestação de contas, salvo determinação judicial.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



Entretanto, é incontroverso que os proventos de aposentadoria são insuficientes para manutenção do casal, de modo que o acesso à parte da importância depositada em conta bancária é a medida mais adequada.

Com efeito, se por um lado parece temerário possibilitar a gestão isolada da totalidade dos recursos, é necessário liberar recursos em montante razoável para manutenção das despesas do casal, independentemente da anuência dos filhos.

Embora a quantia de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) estabelecida pela turma (a ser acrescida da aposentadoria do curatelado) ultrapasse o valor médio mensal das despesas, *sugiro* liberar R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), importância suficiente para satisfazer despesas ordinárias e extraordinárias do casal, inclusive assegurando conforto material à Apelada, com idade bastante avançada, sem comprometer o patrimônio.

Ante o exposto, acompanhando em parte o entendimento da turma, **DOU PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO**, liberando R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) mensais da conta 20.777, agência 3237-9, Banco do Brasil, a serem livre e isoladamente geridos pela Apelada, mantendo-se a necessidade de anuência dos filhos ou autorização judicial para liberar recursos para despesas extraordinárias. Sucumbência recíproca (art. 21 do CPC).

É como voto.

Recife,

Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

Vogal